

* continuação

	2025	2024
12. Partes relacionadas:		
Passivo		
Sede administrativa	164.874	332.131
Total	164.874	332.131
O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 164.874 (R\$ 332.131 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. 13. Provisões para contingências e depósitos judiciais: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou que não há a provisão a ser constituída para fazer face aos processos. Provável	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	101.226	-
Total	101.226	-
b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: Possível	2025	2024
Cível	1.627.408	1.627.408
Trabalhista	1.311.182	569.990
Total	2.938.590	2.197.398
Ao final do exercício de 2025, a Entidade possuía R\$ 564 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. 14. Receitas diferidas: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:	2025	2024
Imobilizado - contrato de gestão	5.703.111	5.670.011
Intangível - contrato de gestão	-	-
Total investido em ativo	5.703.111	5.670.011
Depreciação/amortização acumulada	(2.532.811)	(1.979.545)
Total imobilizado/intangível líquido	3.170.300	3.690.466
Saldo para investimento	1.056.096	1.064.955
Total	4.226.396	4.755.421
15. Despesas gerais e administrativas:	2025	2024
Serviços de gestão	(985.349)	(1.787.688)
Energia elétrica	(779.349)	(1.162.551)
Aluguel de máquinas	(192.296)	(388.294)
Provisões para contingências	(101.226)	-
Viagens e hospedagens	(24.969)	(27.523)
Outros	(856.238)	(870.007)
Total	(2.939.427)	(4.236.063)
16. Renúncia fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do IR, da CS e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores:** Em 31/12/2025, O Hospital apresentava um montante de R\$ 4.089.728, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R\$ 2.495.553 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre os montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para entender o risco de provisão para contingências incluíram, entre

pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	3.082.121	3.263.945
INSS	3.082.121	3.263.945
COFINS	1.627.069	1.706.110
COFINS	1.627.069	1.706.110
Total	4.709.190	4.970.055
17. Cobertura de seguros: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. 18. Instrumentos financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.024.057	524.431
Contas a receber	175.879	4.959.154
Total ativos financeiros	3.199.936	5.483.585
Fornecedores	4.089.728	6.798.171
Total passivos financeiros	4.089.728	6.798.171
19. Gestão de riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. 20. Eventos subsequentes: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão "Contrato 007/2021 - SES-PA" estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10 de novembro de 2026. Belém - PA, 25/02/2026.		

Diretoria

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00
Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O

outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de contínua elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESP. Em 31/12/2025, o Hospital possuía excessos de passivos circulantes sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.511.820 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 4.659.766 (R\$ 4.771.605 em 2024). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 26/02/2025, com modificações, relativa a ausência de provisão de juros e multas sobre atraso no pagamento de fornecedores. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a

continua →